

CARTA POLÍTICA

Crato, Ceará, 24 de novembro de 2006

Ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Aos governadores, senadores, deputados federais e estaduais, especialmente dos estados do Semi-Árido brasileiro.

Aos prefeitos e vereadores dos municípios inseridos na região semi-árida.

À sociedade brasileira.

O *VI Encontro Nacional da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (EnconASA)*, realizado na cidade do Crato, Ceará, entre os dias 20 e 24 de novembro de 2006, foi um momento marcante no fortalecimento da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) como um dos interlocutores da sociedade civil em busca de novos paradigmas para o desenvolvimento do Semi-Árido brasileiro.

Centrando o debate no tema ***Agricultura familiar - tecendo vida, fomentando sonhos e construindo novas relações no Semi-Árido brasileiro***, nós, 627 delegados e delegadas, agricultores e agricultoras experimentadores e convidados de 11 estados do Semi-Árido, oriundos de sindicatos e outros movimentos sociais, organizações comunitárias, igrejas e agências de cooperação, presentes neste Encontro, expressamos as aspirações e experiências vividas por significativa parcela da população da região semi-árida.

Acreditamos ser possível promover a sustentabilidade socioambiental no Semi-Árido brasileiro através de uma agricultura familiar numerosa e próspera, garantindo segurança alimentar e nutricional para milhões de pessoas dessa região, numa perspectiva que incorpore, no seu dia-a-dia, a vivência equitativa de gênero, o respeito e a valorização das etnias, com a participação efetiva de crianças e jovens.

Na proposta de desenvolvimento do Semi-Árido, o conceito de *territorialidade* aparece com destaque. Esse conceito permite uma nova leitura do espaço agrário. O território do agronegócio organiza a paisagem de forma uniforme, homogênea, reflexo da presença da monocultura e da pouca presença de

pessoas. A paisagem é dominada pela mercadoria. O contraponto é o território camponês, da agricultura familiar, dos extrativistas. A paisagem é diversificada, com a presença de muitas pessoas, diversos tipos de produtos, infra-estrutura social, etc. O espaço agrário é um espaço complexo, de vida e de trabalho. Essas duas formas de organização do espaço agrário formam tipos diferentes de territórios, havendo processos de disputa do espaço agrário existente pelas diferentes concepções de território.

Essa contraposição das dinâmicas de desenvolvimento rural insere-se em um novo cenário político pós-eleitoral. Pela primeira vez no Nordeste, as eleições estaduais provocaram uma forte alteração do quadro político regional, marcado pela histórica derrota das principais oligarquias da Região e pela ascensão de forças políticas vinculadas à luta do povo. Essa nova realidade política abre uma grande oportunidade para que nós, povos do Semi-Árido, possamos apresentar o nosso projeto de desenvolvimento para este singular bioma onde vivemos. O VI EnconASA, com sua rica reflexão e produção de propostas em diversos temas, é parte desse processo de construção de uma outra realidade agrária.

Consideramos que o potencial agrícola e humano, para atender às necessidades de consumo alimentar de toda a população, começou a ser melhor aproveitado, no sentido da erradicação da fome e da desnutrição no Brasil. Mas muito ainda precisa ser feito, exigindo-se, para tanto, avançarmos na direção de um projeto de desenvolvimento sustentável e, portanto, decididamente incluyente.

Entendemos que, mesmo registrando avanços em diversas áreas, o padrão de desenvolvimento rural ainda prevalecente desperdiça a sabedoria de nossa população rural em aproveitar, de forma sustentável, as ofertas da natureza. O ciclo da agricultura predatória ainda não foi rompido, e o esgotamento dos nossos recursos naturais e, principalmente, a não-valorização da força e da cultura de milhões de homens e mulheres do campo, continua sendo um triste fato.

Registramos, com satisfação, iniciativas do governo e da sociedade brasileira, sensibilizados e engajados na eliminação da fome e da desnutrição em nosso País. A recente aprovação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional constitui-se um importante passo nesse sentido. Acreditamos, entretanto, que somente um novo modelo de desenvolvimento rural, baseado na valorização do potencial ambiental de nosso território, no aproveitamento da capacidade de trabalho e nas

soluções criativas da agricultura familiar, poderá consolidar esse processo.

As experiências bem-sucedidas de agricultura familiar de base agroecológica, apresentadas e discutidas em nosso VI EnconASA, revelam uma outra realidade no campo. São agricultores e agricultoras que inovam, produzem, empreendem, mostrando, de forma concreta, a possibilidade de convivência com o Semi-Árido.

São experiências desenvolvidas com base em iniciativas de inovação técnica e sócio-organizativa de milhares de famílias e centenas de grupos comunitários, cooperativas, associações, sindicatos, a partir das quais se podem extrair ensinamentos para a formulação de políticas públicas orientadas para a promoção de segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola em convivência com o Semi-Árido.

Diante dessa realidade, a ASA destaca as propostas discutidas e aprovadas pelo VI EnconASA em torno de alguns eixos temáticos e de ação. São eles: Acesso à Água; Acesso à Terra; Acesso ao Mercado; Combate à Desertificação, Educação para a Convivência com o Semi-Árido; Crédito, Financiamento e Assistência Técnica; Gênero, Raça e Etnia; Comunicação e Agrobiodiversidade.

Acesso à Terra

A concentração fundiária no Semi-Árido brasileiro é histórica e constitui-se numa das principais causas da situação de pobreza, miséria e insegurança alimentar da região. Os latifúndios improdutivos, os grandes projetos do agronegócio, as grandes fazendas de gado tradicionais têm reforçado esta injusta estrutura de distribuição de terras. Muitas famílias ainda trabalham em terras alheias ou em minifúndios superexplorados e com terras em péssimas condições de produção, fragilizando sua segurança alimentar e nutricional.

Diante desse dramático quadro a ASA:

- Defende uma reforma agrária ampla, massiva e de qualidade, como a grande oportunidade de geração de emprego, trabalho e renda no País e aumento da quantidade de alimentos acessível à população;
- Defende a reforma agrária democrática e sustentável como condição insubstituível para a democratização do acesso à água no Semi-Árido e como garantia de segurança alimentar e nutricional na região;

- Reforça a desapropriação como principal instrumento para se empreender uma reforma agrária que garanta a mais ampla inclusão social, apoiando afetivamente o *II Plano Nacional de Reforma Agrária* e outras iniciativas de acesso à terra que venham a complementá-lo, exigindo para os mesmos a alocação efetiva de recursos;
- Posiciona-se contrária a qualquer tipo de privatização ou mercantilização da terra;
- Afirma seu apoio ao limite do tamanho da propriedade da terra em 35 módulos fiscais, conforme campanha realizada pelas entidades que compõem o Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo;
- Defende a revisão imediata dos índices de produtividade para efeitos de desapropriação das terras;
- Reivindica a regulamentação da exigência de cumprimento integral da função social da propriedade (nas dimensões ambiental, econômica e da legalidade do trabalho);
- Defende, também, que sejam destinadas para a reforma agrária terras públicas, hoje arrendadas a preços irrisórios para plantio de eucalipto e outras monoculturas, e fazendas com práticas de trabalho escravo;
- Reivindica a regularização da posse da terra para as diversas categorias de agricultores e agricultoras familiares, que não detêm a propriedade formal da terra, dentre elas, a que desenvolve experiências de fundo de pasto;
- Apóia o imediato reconhecimento das terras das comunidades quilombolas, a demarcação e proteção das terras indígenas e das unidades de conservação e a implantação de sistemas sustentáveis de assentamentos, garantindo o reassentamento aos posseiros agricultores familiares;
- Defende os direitos das populações locais que vivem dentro ou no entorno das Unidades de Conservação, assegurando a sua participação na gestão dessas unidades e nos processos de decisão sobre a criação de novas unidades;
- Propõe e efetiva garantir ao exercício do direito das mulheres à terra nos assentamentos rurais (titulação conjunta e cadastro);
- Reivindica a implementação de uma política agrícola voltada para os(as) assentados(as) de reforma agrária, que privilegie ações com enfoque agroecológico e de convivência com o Semi-Árido, a partir das linhas de crédito específicas, baseadas nos interesses e aptidões das realidades locais;
- Defende a aprovação da proposta de Emenda Constitucional que prevê a expropriação de áreas onde ocorre o trabalho escravo;

- Reivindica a revogação da MP 2027/2000, que impede vistoria de áreas ocupadas.

Acesso à Água: Vida e Liberdade para as Famílias do Semi-Árido

O acesso à água é um direito humano básico que necessita ser urgentemente efetivado para toda a população, em especial para os agricultores e as agricultoras familiares do Semi-Árido brasileiro. No entanto, as políticas de recursos hídricos, desenvolvidas ao longo dos anos para a nossa região, baseadas prioritariamente nas grandes obras hídricas, provocaram degradação ambiental e exclusão social.

As ofertas centralizadas de água, através de grandes barragens e adutoras, centradas em políticas emergenciais, formuladas e implementadas sem a participação da sociedade civil, beneficiam os grandes proprietários e as grandes empresas, além de não democratizarem o acesso à água de qualidade para toda a população.

As legislações em vigor apontam para a crescente mercantilização da água, suprimindo o direito das populações tradicionais a este bem essencial à vida.

Por outro lado, as experiências de captação de água das chuvas, desenvolvidas em milhares de propriedades e comunidades rurais da região, baseadas em metodologias simples, baratas, acessíveis, de domínio dos agricultores e das agricultoras, de comprovada eficiência técnica, já demonstraram a importância da descentralização das estruturas de abastecimento d'água para a segurança alimentar, nutricional e hídrica das populações do Semi-Árido brasileiro.

O Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) desenvolve uma estratégia de captação de água de chuva a partir do telhado das casas, água esta utilizada para a família beber e cozinhar.

Atualmente, cerca de 165.000 famílias estão mobilizadas e com cisternas construídas. Esse resultado é fruto da parceria com o Governo Federal, a

Cooperação Internacional e do apoio de setores da iniciativa privada. Essa proposta vem se revelando uma excelente experiência de mobilização social e articulação de recursos e políticas para a convivência com o Semi-Árido.

Na ótica das famílias, as cisternas guardam água preciosa e ensinamentos únicos e valiosos, responsáveis pelo melhoramento de suas condições de vida.

Diante deste quadro, defendemos:

- A garantia da continuidade do *Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um milhão de Cisternas Rurais (P1MC)*, como uma política pública de democratização e acesso à água de qualidade pelas famílias do Semi-Árido brasileiro;
- A valorização e incorporação, nas políticas de captação de água, dos conhecimentos, práticas e tecnologias já desenvolvidos com êxito pelos agricultores e agricultoras, a exemplo do *Projeto Uma Terra e Duas Águas (P1+2)* e do *Projeto Bomba d'Água Popular (BAP)*, que compõem um conjunto de iniciativas da ASA que necessitam ser apoiadas pelo Estado;
- A garantia da oferta difusa da água, tanto para consumo humano quanto para a produção de alimentos, opondo-se a qualquer tentativa de concentração e privatização da mesma;
- A desprivatização dos açudes construídos com recursos públicos, garantindo às populações, especialmente as mais necessitadas, o acesso à água desses reservatórios.

Transposição do Rio São Francisco

Repudiamos a decisão do Governo Federal de levar à frente o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco. O diagnóstico atual indica a morte de vários de seus afluentes, seu assoreamento, além da ameaça de se tornar um rio intermitente.

Efetivamente, esse projeto se coloca dentro das fracassadas políticas públicas convencionais, que se orientam para a construção de grandes obras, voltadas para armazenar e transportar enormes volumes de água.

Essa política, além disso, baseia-se em um modelo que prioriza o agronegócio, em detrimento da agricultura familiar, apontando para ações de privatização e comercialização da água.

Manifestamos nosso apoio a um processo de revitalização participativo e democrático da Bacia do Rio São Francisco, que é parte de um projeto maior de desenvolvimento sustentável do Semi-Árido, com ampla mobilização da sociedade civil e contra o projeto de integração e transposição de suas águas.

O Financiamento da Agricultura Familiar de Base Agroecológica

As formas de financiamento para a agricultura familiar de base agroecológica necessitam de ajustes para se adequarem aos sistemas produtivos diversificados, próprios da agroecologia. Restrições indevidamente criadas pelos bancos constituem-se num limite concreto ao acesso aos créditos PRONAF Agroecologia; Mulher; Semi-Árido; e Florestal.

As cooperativas de crédito são experiências interessantes e funcionais. A ASA propõe a dinamização dos processos de cooperativas de crédito enquanto instrumentos de captação da poupança local, cuja aplicação também é local. A ASA entende que a aplicação do crédito oficial deve passar também pelas cooperativas de crédito e se constituir em porta de entrada e facilidade de acesso ao crédito oficial pelas famílias agricultoras.

Além do crédito oficial e das cooperativas de crédito, tem sido experimentado por diversas ONGs a modalidade de Fundos Rotativos, geridos localmente por organizações e grupos comunitários. Estes têm se revelado eficazes no que se refere à gestão de recursos coletivos para o investimento no desenvolvimento local.

Desta forma, a ASA defende as seguintes propostas para o financiamento da agricultura familiar de base agroecológica:

- Aplicação de recursos em crédito, incluindo o Pronaf, voltada para a

produção agroecológica e os sistemas agroflorestais.

- Divulgação ampla das modalidades de financiamento para sistemas agroecológicos, bem como dos mecanismos de acesso.
- Implementação de mecanismos de financiamento que viabilizem a permanência de jovens no campo desenvolvendo atividades de produção agroecológica.
- Alocação de recursos de crédito aos territórios destinada ao fortalecimento das iniciativas de produção familiar agroecológica.
- Fortalecimento de fundos rotativos solidários, assegurada a autonomia da gestão local.

Acesso aos Mercados: Renda, Segurança Alimentar e Continuidade da Agricultura Familiar

Um dos maiores incentivos para uma família continuar produzindo e se reconhecer como agricultora familiar é a possibilidade concreta de venda de seus produtos a preços justos. Muitos exemplos positivos, desenvolvidos por organizações da ASA, legitimam esta afirmação.

A ASA vem apoiando o desenvolvimento de diversas experiências de ocupação do mercado local pela agricultura familiar. São as feiras agroecológicas que se proliferam pela região, funcionando de fato como um espaço de venda dos produtos da agricultura familiar, mas também como um espaço de intercâmbio de conhecimentos agroecológicos.

Nesse contexto, a ASA defende a implementação e gestão de um programa permanente de apoio à inserção da agricultura familiar do Semi-Árido nos mercados, dando ênfase às seguintes questões:

- a) Implementação de políticas que incentivem os agricultores e as agricultoras a acessar tecnologias, novas habilidades e capacidades de inserção nos mercados.
- b) Assessoramento técnico, específico e especializado, que promova o acesso ao mercado.
- c) Criação de microcrédito ampliado que possibilite uma maior inserção da agricultura familiar no mercado.
- d) Agregação de valor e valorização dos produtos da agricultura familiar.
- e) Isenção de impostos e tarifas pela circulação de produtos da

agricultura familiar.

- f) Incentivo à ocupação de espaços locais de comercialização diferenciada, agregando valor aos produtos.
- g) Valorização dos mercados institucionais e feiras agroecológicas.

Agrobiodiversidade

Um conjunto de plantas e animais se faz presente nos sistemas agroecológicos. As plantas têm diferentes utilidades - medicinais, forrageiras, alimentícias, madeireiras, melíferas – e portes - herbáceo, arbustivo e arbóreo -, compondo um conjunto complexo e diverso de espécies e variedades úteis à economia da família e ao ambiente. Importância similar é também conferida aos animais adaptados ao Semi-Árido.

A conservação da agrobiodiversidade é um fator relevante para o desenvolvimento sustentável e para valorizar as diferentes experiências de trabalho com a terra, a água e os recursos genéticos vegetais e animais, locais e adaptados. Quanto mais diversificados forem os sistemas de produção, mais autonomia, resistência, resiliência e maior estabilidade apresentarão. A manutenção da agrobiodiversidade depende da conservação, manejo e reprodução do patrimônio genético, como símbolo da continuidade da vida.

Um conjunto grande de experiências desenvolvidas pelas próprias famílias agricultoras e suas organizações vem conservando, manejando e aumentando a diversidade de sementes locais, também chamadas de *crioulas*, *tradicionais* ou, conforme são conhecidas em alguns estados do Semi-Árido, como *sementes da paixão* ou *sementes da resistência* ou ainda *sementes da terra*, entre outras denominações.

O domínio sobre o processo de reprodução e armazenamento das sementes locais pelas famílias agricultoras é uma condição indispensável para que elas estruturam e mantenham produtivos seus sistemas agroecológicos. Sementes são bens da natureza e patrimônio da humanidade, portanto, é um valioso recurso pertencente a todos os povos. Nesse sentido, as sementes não podem ser confundidas como um mero insumo agrícola regulado por interesses de empresas privadas.

A ASA recoloca a discussão e a necessidade de reafirmar a luta pelo direito dos agricultores e agricultoras produzirem, trocarem e comercializarem suas sementes e convoca todas as organizações a defender o acesso pleno às sementes locais testadas e aprovadas para o cultivo nas condições do Semi-Árido brasileiro.

A ASA se manifesta contra a liberação de cultivos transgênicos e reafirma a luta contra essa proposição do Estado, que tem a obrigação de garantir a indenização de famílias agricultoras que, eventualmente, tenham suas lavouras contaminadas por esses produtos.

Combate à Desertificação: Gerando Condições de Vida e Produção no Semi-Árido

O modelo hegemônico vigente no Semi-Árido brasileiro provoca uma perda anual de 1% da área de caatinga e tem causado um processo acentuado de degradação dos solos, que já atinge 50% da região. Neste sentido, a ASA tem procurado aumentar a capacidade de suas organizações em lidar com o problema, objetivando a formulação de estratégias regionais de combate à desertificação.

O próprio enfoque na agricultura familiar de base agroecológica é reconhecidamente importante no combate à desertificação, pois busca a proteção dos recursos naturais no seu sentido mais amplo, mantendo o estoque de sementes nativas; aumentando a biodiversidade e agrobiodiversidade em seus agroecossistemas; regulando os estoques de alimento, água e forragem; resgatando e trocando conhecimento; acessando o mercado, vendendo seus produtos de forma justa, etc.

Diante disso, defendemos:

- Efetiva implementação do *Plano Nacional de Combate à Desertificação*, com participação e controle da sociedade civil.
- Apoio à revitalização das microbacias.

- Reconhecimento da agricultura familiar como modelo básico de manejo agroecológico da terra e desenvolvimento do Semi-Árido, evitando os latifúndios e os monocultivos.
- Implementação de uma política que proíba a implementação de extensas monoculturas de eucalipto, responsáveis pelos fenômenos denominados *desertos verdes*.

Educação para a Convivência com o Semi-Árido

A população do Semi-Árido, em especial a rural, apresenta os maiores índices de analfabetismo do País. Na era da informação, a falta de domínio da escrita e da leitura é uma das formas mais perversas de exclusão. Especialmente no âmbito do ensino formal, a concepção de educação desenvolvida desvaloriza o espaço rural e as relações sociais ali estabelecidas, conduzindo a uma baixa auto-estima das agricultoras e agricultores familiares. Este tipo de educação constrói culturalmente o êxodo rural e a crença na impossibilidade de uma vida digna no Semi-Árido.

Entendendo que a educação é estratégica e base para o desenvolvimento de qualquer região, a ASA apóia as iniciativas de educação popular, educação do campo e outras, como forma de fortalecer a ação de educação para a convivência com o Semi-Árido.

Diante disso, a ASA:

- Exige a implementação de uma proposta de uma educação formal e pública para a convivência com o Semi-Árido. Essa proposta deverá valorizar elementos como tecnologias, métodos e conteúdos da cultura local e da produção local, tecnologias alternativas e de experiências de convivência com o Semi-Árido;
- Cobra das universidades públicas, a capacidade de reconhecer as agricultoras e os agricultores como produtoras(es) de conhecimento e de se interrelacionar com eles(as) neste processo, construindo os conhecimentos necessários ao desenvolvimento sustentável do Semi-Árido.

Gênero

Historicamente, a sociedade tem sido estruturada sob relações desiguais de gênero, estando as mulheres numa situação de subordinação e opressão em

relação aos homens, nos espaços de decisão, no trabalho, na família e na política. Isso reflete a face de uma sociedade patriarcal, que vê no homem a figura do senhor, com poder de mando e autoridade sobre as mulheres.

Como consequência dessa estrutura hierárquica, questões como a violência doméstica e a injusta divisão sexual do trabalho, que destina às mulheres o espaço privado, invisibilizando a contribuição econômica, social e política do seu trabalho, permanecem presentes no Semi-Árido.

Entendemos que a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável e de convivência com o Semi-Árido passa pelo reconhecimento da situação de opressão e subordinação em que vivem as mulheres. A ação transformadora dessa realidade pressupõe a perspectiva de gênero como ação estruturante, a incorporação da luta pelos direitos das mulheres e a sua constituição como sujeitos políticos.

Nesse sentido, a ASA defende:

- O fortalecimento dos processos de empoderamento das mulheres.
- A participação no planejamento, na gestão, no controle e na comercialização da produção.
- O acesso a crédito e assistência técnica específica para as mulheres.
- Projetos e programas que garantam a geração de renda para as mulheres.
- O reconhecimento das mulheres como agricultoras familiares.
- A valorização e a visibilidade do trabalho das mulheres.
- O acesso e a gestão igualitária da terra e da água.
- A participação política das mulheres nas instâncias decisórias das organizações e espaços coletivos.
- A participação efetiva das mulheres nos espaços de construção e controle social de políticas públicas.
- A capacitação das mulheres para o acesso a políticas públicas.
- A garantia de instrumentos de viabilização da participação das mulheres nas atividades de formação e articulação políticas.

Conclusão

Acreditamos na diversidade das experiências desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras do Semi-Árido brasileiro e estamos convencidos de que nelas se produz um conhecimento que, uma vez interrelacionado com um saber academicamente sistematizado, transformar-se-á num conhecimento propulsor do desenvolvimento sustentável da região.

Nossa experiência aponta para a diversidade, a multiplicidade, o reconhecimento dos agricultores e agricultoras como protagonistas de suas histórias. É uma prova concreta de que é possível reformular as bases estruturais do modelo de desenvolvimento rural, gerador da insegurança alimentar e nutricional no Semi-Árido.

Acreditamos, finalmente, que somente com uma sociedade ativa e mobilizada é possível transformar a realidade do Semi-Árido. Neste sentido, o VI EnconASA propõem a elaboração participativa do *I Plano Nacional de Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro*, capaz de aglutinar, sistematizar e expressar a vontade política dos povos do Semi-Árido.

A ASA expressa a esperança de que as propostas estratégicas formuladas pelo VI EnconASA, fruto de décadas de lutas sociais e de esforço nos mais diferentes locais deste imenso Semi-Árido, tornem-se políticas públicas, assumidas pelos poderes Legislativo e Executivo, nos níveis federal, estadual e municipal, encerrando um ciclo vicioso e direcionando vontade política e energias sociais para o processo de construção, em curso, de um outro mundo rural, com uma agricultura familiar numerosa e próspera, tecendo vida, fomentando sonhos e construindo novas relações no Semi-Árido brasileiro.